

PRESIDENTE KENNEDY

Proprietários questionam venda de área destinada a Porto Central

Decreto declara terrenos como de utilidade pública; donos querem evitar prejuízos

▄ RITA BRIDI
rbridi@redgazeta.com.br

O decreto nº 1825-S, de 27 de agosto/2013, que declara de utilidade pública áreas no município de Presidente Kennedy onde deverá ser implantado o projeto do Porto Central, está sendo questionado pelos proprietários do terreno. “O decreto está com vícios”, afirma um dos proprietários de uma das áreas, Henrique Vivácqua.

O decreto, explica ele, deveria ter sido feito com base na documentação de cartório de registro de imóveis, mas, segundo Vivácqua, “foi realizado com base em levantamento topográfico”. Outro erro apontado pelo dono – o outro proprietário é Lúcio Reis – é a ausência, no papel, do valor das áreas declaradas de utilidade pública.

Na tentativa de evitar algum tipo de prejuízo, os proprietários da área in-

gressaram na Justiça com pedido de antecipação de tutela para impedir que o governo do Estado e a Prefeitura de Itapemirim tomessem posse da área caso não efetuem o depósito do valor dos terrenos. “Não quero vender, e eles querem o terreno. Então eles têm de me pagar o valor justo”, destacou Vivácqua.

UTILIDADE PÚBLICA

O decreto declarou de utilidade pública, para a implantação do complexo portuário, áreas que somam 5,3 milhões de metros quadrados. O loteamento Cidade Balneário Solimar, que seria comercializado pela empresa Predial Itabirana, totaliza 4,373 milhões de metros quadrados.

“Fizeram o projeto de um porto em cima do meu terreno, sem ter a propriedade da área”, reclama Vivácqua. Ele disse ter solicitado duas avaliações da área declarada de utilidade pública. Uma das análises indicou que o valor da área é de R\$ 160 milhões. A outra apontou preço de R\$ 196 milhões. “Não que-



Loteamento tem 4,373 milhões de metros quadrados

— “Fizeram o projeto de um porto em cima do meu terreno, sem ter a propriedade da área”

— **HENRIQUE VIVÁQUA**
UM DOS PROPRIETÁRIOS

ro nada mais além do valor dos lotes”, enfatizou.

Na ação ordinária com pedido de antecipação de tutela movida por Drummond&Rohrman Advogados, é destacado que a Predial Itabirana, por conta do decreto de utilidade pública, viu-se impedida de realizar sua principal atividade, “a comercialização de seus 6.578 lotes” do bairro cidade Balneário Solimar.

AÇÃO

De acordo com a ação, na audiência pública ocorrida no último dia 7, “os representantes dos réus e de seus parceiros reconheceram a inexistência de

qualquer trabalho prévio de avaliação do terreno”. É citado ainda que outros membros do comitê formado para a audiência pública, “sequer sabiam que o terreno ainda não havia sido desapropriado”.

Além da ação judicial movida, o escritório dos advogados dos proprietários enviou ontem uma carta para os diretores do Porto de Roterdã, parceiro no empreendimento, informando a respeito de a questão do terreno ainda não ter sido resolvida. “Na carta foi alertado aos dirigentes do Porto de Roterdã que o grupo ainda não tem o terreno para construir o terminal portuário”, explicou Vivácqua.

O projeto do Porto Central demandará investimento entre R\$ 1,5 bilhão e R\$ 2 bilhões. As obras deverão começar no segundo semestre do próximo ano, assim que o Ibama emitir a licença de instalação (LI). A assinatura do contrato da joint-venture (parceria) entre o Porto de Roterdã e a TPK Logística, responsável pela instalação, será assinada em janeiro próximo.

GIRO ECONÔMICO

EM NOVEMBRO

Vitória: cesta básica sobe 2,43% e passa dos R\$ 321

▄ A cesta básica comercializada em Vitória registrou em novembro um aumento de 2,43% no preço em relação ao mês anterior e agora é a terceira mais cara do Brasil, segundo o Dieese. Com a alta, o valor chegou a R\$ 321,41.

Em Vitória, a carne, produto de maior peso na composição, teve elevação de 6,35%. Já o açúcar subiu 5%. Vilão no mês passado, o tomate recuou 0,64%.

Outras 14, das 18 capitais avaliadas, também sofreram aumento. As maiores altas foram em Fortaleza (3,47%), Florianópolis e Belo Horizonte (ambas com alta de 2,67%), seguidas de



Carne foi um dos vilões do bolso, com alta de 6,35%

Vitória (2,43%). Já as quedas mais expressivas ocorreram em Goiânia (-3,06%), Aracaju (-1,73%) e Recife (-0,69%).

Porto Alegre foi capital com a cesta mais cara (R\$ 328,72). A segunda posi-

ção ficou com São Paulo (R\$ 325,56), seguida de Vitória e Rio (R\$ 316,88). Já os menores valores médios foram observados em Aracaju (R\$ 218,71), Goiânia (R\$ 254,44) e João Pessoa (R\$ 257,16).

INFORMÁTICA

Tablets vão ampliar vendas em 2014

Os tablets devem representar quase metade das vendas de itens de informática em 2014, segundo projeção divulgada ontem pela Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee) e pela consultoria IDC. A expectativa é de que sejam vendidos

10,795 milhões de tablets em 2014, o que representaria uma alta de 36% sobre o volume esperado para este ano, de 7,91 milhões. Eles deverão responder por 45% das vendas do setor de informática no próximo ano, ante 36% projetado para 2013.

MANTEGA:

Refis renderam R\$ 20 bi de receita

Os programas de refinanciamento de dívidas promovidos pelo governo federal renderam R\$ 20 bilhões aos cofres públicos em novembro, segundo o ministro da Fazenda, Guido Mantega. O valor re-

presenta metade de tudo que falta ao governo economizar até o fim do ano para cumprir a meta fiscal. A Receita previa arrecadação de R\$ 7 a R\$ 12 bi. No fim de novembro, incluiu previsão de arrecadação de R\$ 16,4 bi com o programa de parcelamento de débitos tributários.

“IMPACTO ZERO”

TIM avalia decisão do Cade

O presidente da TIM Brasil, Rodrigo Abreu, garantiu ontem que a decisão do Cade de obrigar a Telefônica a vender sua fatia indireta na operadora ou encontrar um novo sócio estrangeiro para a Vivo terá impacto zero no dia a dia operacional da TIM Brasil. Segundo ele, a companhia manterá uma estratégia agressiva para ganhar mercado no Brasil. “Já viu uma empresa à venda aumentar investimentos?”, disse. Este ano, a TIM Brasil ampliou o investimento, até 2015, de R\$ 10 bilhões para R\$ 11 bilhões.